

## A ÁRVORE DA LIBERDADE E A FORÇA. Jaime de Almeida – Universidade de Brasília

Tomar as festas negras como objeto da história implica inserir-se no contexto contemporâneo de revisão crítica das relações há muito estabelecidas entre a memória e a história pela historiografia acadêmica, pelos manuais de história e pelo senso comum. O tecido de teorias, conceitos, hipóteses e conjecturas em que se inscreve o nosso exercício de interpretação, vem sendo construído num diálogo com os historiadores colombianos. A circularidade, a intertextualidade e o dialogismo autorizam uma narrativa que não quer ser lida à luz exclusiva das convenções da ficção literária, e nem como um teorema de ciência social ou um tratado de semiótica. Os iletrados, com sua "economia moral" ou com sua *experiência*, são parte integrante, majoritária e ativa da cidade letrada, especialmente em suas festas e rituais públicos.

Em Bogotá, um tumulto no dia 20/07/1810 desencadeia a convocação de um Cabildo Aberto, a deposição do Vice-Rei e a instalação de uma Junta Suprema. Dois dias depois, ocorre a famosa "noite dos negros": os sinos das igrejas tocam alarme, grupos de patriotas correm pelas ruas anunciando falsamente que 300 escravos de um fazendeiro espanhol estão a caminho para atacar a capital rebelde. Em meio aos sérios conflitos entre o centralismo de Cundinamarca e o federalismo de outras províncias, e entre patriotas e realistas, o encadeamento metonímico e metafórico de dois ritos públicos no dia 29/4/1813 em Bogotá evidencia um outro grave conflito, anotado no diário de um cronista: "28. Quarta feira. Às duas e quinze da tarde dom Antonio Bailly quis castigar um mulatinho escravo seu, chamado Tomás, de 13 anos, e o rapaz tinha um punhal, com o qual lhe deu uma punhalada pelo umbigo e deitou a correr a palácio onde confessou ao senhor presidente o seu feito e pediu que o ajudasse. A árvore da liberdade que ia ser plantada, o senhor presidente mandou que fosse guardada no cárcere."<sup>1</sup> Aquela árvore da liberdade seria logo arrancada e replantada muitas vezes em todas as cidades do Vice-Reino. Podemos fazer uma interpretação alegórica do entrelaçamento dos dois rituais: Antoine Bailly, que já deixara a sua mão direita no Haiti, comparece finalmente, pelas mãos de seu escravo de 13 anos, ao ajuste de contas feito em 1806, e reencontra os seus compatriotas massacrados pelos soldados de Jean-Jacques Dessalines.

Observemos alguns encontros entre Simón Bolívar e os negros. A população da Venezuela, cerca de 780.000 pessoas, apresenta 75% de mulatos, pardos, zambos e outras categorias de gente "de cores". Desde meados do século XVIII, e sobretudo a partir da Cédula Real de *Gracias al Sacar*,<sup>2</sup> a ascensão dos pardos e mulatos à esfera da cidadania irrita profundamente os brancos. A crise revolucionária desencadeada a partir de 1810 interrompe provisoriamente a organização de grêmios profissionais e outras reivindicações dos *pardos*. Estamos em 1814, o jovem Bolívar já tem três anos de vitórias e derrotas, circulando entre a Venezuela e a Nova Granada. Está de volta à sua pátria, graças às tropas que lhe haviam sido confiadas pela República Federal para atacar a cidade

realista neogranadina de Santa Marta. Mais uma vez, a reação vem de onde se concentram os escravos, sempre inclinados a lutar contra os criollos. Em 1813, no Manifesto às Nações do Mundo em que proclamou a *guerra a muerte*, Bolívar assim se expressara acerca da presença dos negros entre as tropas realistas: "gente inhumana y atroz, cebándose en la sangre y bienes [cometieron] los más horrendos asesinatos, robos, violencias y devastaciones." Na *Carta de Jamaica* (1815), Bolívar considera que os escravos "amam e respeitam" seus amos e que só se incorporaram às guerrilhas realistas pela força e intimidação. Agora, os chefes militares espanhóis José Tomás Boves e Francisco Rosette comandam oito mil homens, dos quais somente cerca de 50 seriam europeus ou canarinos e uns poucos mulatos; todos os demais seriam escravos. Bolívar, indignado com os massacres de patriotas, ordena a chacina de cerca de 800 prisioneiros realistas, na maioria civis, o que faz recrudescer mais ainda o seu desafio de *guerra a muerte*.<sup>3</sup> Pouco depois, Boves reconquista Caracas. O general Manuel Piar, mulato de origem modesta nascido em Curazao, com uma notável carreira de armas<sup>4</sup> é um dos oficiais patriotas que, diante da conduta militar pouco firme de Simón Bolívar, destituem-no do posto de ditador que lhe é tão caro. Mas também ele é vencido pelo terrível exército de Boves em outubro de 1814. Os dois rivais voltarão a se defrontar por uma última vez na região selvática de Angostura, aberta ao mar Caribe pelo caudaloso rio Orinoco.

Antes desse encontro, Simón Bolívar já se envolveu de novo na guerra civil entre as cidades de Nova Granada, quebrando moralmente a aristocrática e centralista Bogotá com 3 dias de saque em recompensa às tropas federalistas que ele, centralista convicto, comandava. Já desviou novamente tropas neogranadinas a ele confiadas para combater os realistas de Santa Marta, agora para sitiá-la, indiferente à ameaça das tropas espanholas recém-chegadas à Venezuela. Já passou à Jamaica em maio de 1815, fugindo à trágica sorte reservada aos patriotas derrotados pela força expedicionária do general Pablo Morillo. Já escapou naquela ilha ao punhal assassino de seu ex-escravo Pío, agora seu criado.<sup>5</sup> Já foi recebido em janeiro de 1816 pelo mulato Alexandre Pétion que preside uma república ao sul do Haiti e recebeu dele, em troca do compromisso de abolir a escravidão na Venezuela, armas, navios, recrutas e víveres. Cumpriu essa promessa, condicionando a liberdade dos escravos ao alistamento militar para uma guerra incerta.<sup>6</sup> Fracassou, mas recuperou o ânimo e já recebeu mais recursos de Pétion para uma nova expedição, na virada do ano de 1817.

Quase todo o Vice-Reino está sob controle espanhol; uns poucos grupos guerrilheiros resistem em regiões montanhosas; a Venezuela, mais vulnerável às incursões organizadas no Haiti, é o elo fraco da corrente. Simón Bolívar combate na costa, e Manuel Piar atua no vale do Orinoco. Acabam de chegar à Venezuela mais 1.600 soldados espanhóis. Boves está morto, e como não há lugar para eles no exército regular espanhol, os seus guerrilheiros negros e mulatos tornam-se finalmente receptivos aos apelos dos patriotas. Manuel Piar comanda a conquista da Guayana; recebe o grau de general em chefe e apóia o Congresso de Cariaco (8/5/1817) que tenta

descentralizar o comando da guerra estabelecendo um triunvirato. Bolívar desconhece o congresso, refaz alianças e decide abater Manuel Piar, o rival que já o ameaçou de julgamento por deserção e covardia, e que o chama sarcasticamente "Napoleão das retiradas". Priva-o do mando de suas tropas; Piar solicita desligamento, prontamente concedido em 30 de junho; mas permanece na Guayana e é capturado a 28 de setembro, acusado de conspirar junto aos soldados "de cor" contra a elite crioula do exército patriótico. A 15/10/1817, um Conselho de Guerra o condena à morte por insubordinação, deserção, sedição e conspiração. O chefe supremo Simón Bolívar confirma a sentença: o general em chefe Manuel Piar é fuzilado no dia seguinte, junto à catedral de Angostura. Logo mais, o Supremo Ditador da Venezuela, Simón Bolívar, tem finalmente o destino da revolução em suas mãos, desde que se entenda com o intelectual Francisco de Paula Santander que articula as guerrilhas neogranadinas, e com o fazendeiro venezuelano José Antonio Páez, sucessor de Boves no comando dos *llaneros* negros e mulatos.

Joaquín Posada Gutiérrez participou de todas as guerras desde 1818, "até que os maus triunfaram sobre os bons no dia 18/7/1861, de eternamente triste memória",<sup>7</sup> dedicando-se a partir daí a redigir suas memórias.<sup>8</sup> Sua descrição das festas da Candelária em Cartagena, inserida como um quadro pitoresco em meio à epopéia da guerra da Independência, tornou-se um clássico, presente em muitas antologias. O tempo trágico fica em suspenso e a narrativa nos transporta a um passado intemporal, ou melhor, à memória idealizada dos séculos XVII e XVIII.

As famílias remediadas tinham casas de campo ao pé do cerro e nelas se instalavam com seus escravos durante o ciclo inteiro da festa que começava com a novena e culminava no dia 2 de fevereiro. Um grande salão de baile se enchia todas as noites, segundo uma regra tácita de alternância. O baile da primeira noite era o das brancas de Castela. O segundo baile era das pardas e o baile terceiro era das negras forras. Somente concorriam aos bailes os homens e mulheres das respectivas classes que tivessem certa posição social e que podiam vestir-se bem. A alternância dos bailes se fazia muito ordenadamente, sem ressentimentos dos dançantes da segunda e terceira classes (pardos e negros livres), em boa medida pelo fato de que todos dançavam na mesma sala. A alternância durava até o encerramento da temporada. Alguns grupos ali permaneciam por mais tempo esperando pelo carnaval, que naquela época era tão concorrido e famoso como o de Veneza. Aos homens brancos, o costume dava o privilégio de dançar nos três bailes; aos homens pardos, no seu e no das negras, enquanto os homens negros só podiam dançar no último.

Já os pobres livres e escravos, de pés descalços dançavam a céu aberto ao som do atordoante tambor africano. Homens e mulheres numa grande roda, aos pares, mas sem darem-se as mãos, giravam em torno dos tambores; a mulher, com a cabeça cheia de flores, os cabelos alisados com sebo, e perfumada com essência de laranja, acompanhava seu galã na roda, requebrando em

cadência rápida, enquanto o homem, ora fazendo piruetas, ora dando saltos, exibindo destreza nas cabriolas, sempre no compasso, procurava cair nas graças da sua *negrita* ou *zambita*. Tocadores de tambor, cantoras e dançantes que se cansavam eram substituídos, de modo que raramente a roda deixava de girar, e havia sempre pelo menos dois ou três tambores soando pela noite inteira. O homem dava à sua parceira duas ou três velas de sebo e um lenço de tecido fino; a moça acendia as velas embrulhadas no lenço e dançava sem queimar a mão ou incendiar o vestido, jogando fora da roda os tocos de vela e os lenços, que os espectadores, brincando, se apressavam em apagar.

Esse rústico e democrático quarto baile parece ao general Posada mais aceitável que os bailes da sociedade cultivada da época em que escreve, invadidos pela valsa européia. Os bailes antigos populares se conservam ainda com algumas variações. Em lugar de velas de sebo, os homens dão à sua dama estearinas, que antes não existiam, e o lenço agora precisa ser de seda. Antes, tais bailes só ocorriam nas festas da Virgem, na do santo padroeiro de cada povoado, no carnaval e em uma ou outra mais importante. Agora (1866), a farra dura dias e noites a fio, tendo no jogo e na aguardente a principal diversão; os diaristas e artesãos, desbaratando o que ganharam na semana, quedam prostrados de cansaço, suas famílias e eles mesmos sofrendo fome e contraindo dívidas. A necessidade os obriga a trabalhar dois ou três dias da semana, para no sábado seguinte voltar à mesma criminosa dissipação. Qualquer empreendimento rural em que se dependa de peões diaristas está perdido, pois nunca se pode contar com eles nos momentos mais necessários.

O narrador idealiza um passado mítico em que cada "raça" ocupava o seu lugar; sugere uma analogia entre o princípio hierárquico desse ordenamento colonial perdido e o da monarquia constitucional inglesa de seu tempo; compara o índio triste e o negro alegre, para insinuar nas entrelinhas que a escravidão nunca teria sido um fardo pesado; sua crítica à importação da valsa, redigida no ritmo da própria valsa, captura o leitor para dentro do salão, e o faz olhar para fora, onde se encontram os trabalhadores, meio século após a independência e 15 anos após a abolição da escravidão. Os artefatos típicos do baile, velas e lenços, agora são importados. As tradições festivas se fundem e se descaracterizam. O liberalismo destruiu o sentimento religioso e o respeito à lei e às autoridades. A violência se generaliza nas bacanais plebéias da costa Caribe, da costa do Pacífico e às margens dos grandes rios. O machete, arma dos covardes - pois na guerra se mata com o fuzil e o rifle<sup>9</sup> -, agora se chama *pente*; esquartejar ou decapitar uma vítima agora se diz *pentear*. Nas festas plebéias mostradas pelo cronista aos seus leitores desde a janela do salão onde se dança a valsa, as cantoras celebram as proezas dos *cabeleireiros* e a agonia da vítima, e de vez em quando soa o refrão: Viva a liberdade!

O narrador retorna às antigas festas urbanas de Cartagena, salientando maliciosamente as liberdades que tais costumes reservavam aos homens brancos, sobretudo nos bailes da segunda e da

terceira classe, mas critica as divisões e subdivisões insensatas, inventadas pelo orgulho humano. Aliás, elas estariam desaparecendo rapidamente agora: o equilíbrio natural e legítimo estaria se estabelecendo, graças aos casamentos. Como a Independência e a Abolição dissolveram os princípios de ordem antigos, os jovens de boa sociedade devem romper tradições de comportamento e sociabilidade que produziam mestiços de todas as cores e casar-se entre si...

A crônica termina evocando poeira, cinzas, incenso e perfume do passado. O general Posada fixa a memória de uma cidade cuja importância e sofisticação, atestada por suas antigas festas, já não existe mais. Aponta fatores objetivos para a decadência, como a mortandade durante as guerras da Independência, a exclusão de Cartagena das novas rotas comerciais e a epidemia do cólera em meio à guerra civil. Mas, o que mais lhe dói, observando o país após a definitiva "vitória dos maus sobre os bons" é, sem dúvida, o liberalismo radical que introduziu as antigas "castas" no mundo da liberdade ao mesmo tempo em que descentralizou o poder.

O processo abolicionista abriu-se com os primeiros decretos de proibição do tráfico negreiro (1811) e tornou-se um compromisso da Independência, assumido por Simón Bolívar junto ao presidente haitiano Alexandre Pétion (1816), mas, na prática, traduziu-se como justificativa para o recrutamento forçado durante a guerra. Em 1821, quando a Constituição adiou a abolição por meio da Lei do Ventre Livre, existiam em todo o território da grande República de Colômbia cerca de 90.000 escravos. Examinemos a fase crítica das reformas liberais que completam a Abolição na República da Nova Granada, onde ainda existiam, 30 anos depois, entre 16.000 e 20.000 escravos, concentrados em 5 províncias da antiga Governança de Popayán e na província de Cartagena.

As festas oficiais organizadas para celebrar a entrada em vigor da liberdade dos escravos a 1/1/1852 já foram objeto de alguns estudos.<sup>10</sup> A interpretação que propomos aqui entende a ritualização dos conflitos sociais como atividade instituinte que opera deliberadamente sobre os dados da experiência e da memória e, apontando para o passado e para o futuro, vinga os mortos e projeta sobre as nossas cabeças o sangue de suas sucessivas vítimas.<sup>11</sup>

Os derradeiros embates da causa abolicionista se inserem na campanha das eleições paroquiais de 1851. No vale do rio Cauca, os conflitos entre as sociedades democráticas, apoiadas pelo governo central, e as sociedades conservadoras, fortemente identificadas com o clero, tornam-se mais violentos. A supressão do monopólio do tabaco, sistema que ao ser implantado em meados do século XVIII havia gerado tumultos articulados à rebelião dos comuneros, abre oportunidades de expansão da agricultura familiar e da pequena propriedade. Em Cali principalmente, reivindicando a devolução das terras coletivas que haviam sido ilegalmente ocupadas no passado, bandos armados de machados e machetes abatem cercas e talam plantações dos grandes proprietários; passam a incendiar casas e engenhos e à pilhagem. Grupos de 300 a 500 homens e mulheres, quase todos

negros e mulatos com o barrete frígio à cabeça, desfilam pelas ruas da cidade e pelas estradas, exibindo relhos e porretes. Açoitam homens e mulheres identificados com o conservadorismo, invadem casas procurando por papéis oficiais que comprovem a posse legal das terras, abrem as prisões; em alguns casos mais extremos, matam, ferem, estupram. O governador da província replica na imprensa oficial aos que protestam contra atentados aos direitos individuais e à segurança pública: “O povo, que saiu da opressão para a liberdade, que sabe que agora impera o princípio da igualdade e que numa república só se deve acatar a virtude e o mérito, *retoza y se divierte* indignando-se por vezes contra os que acreditam ter o poder de humilhá-lo”.

Um dos acontecimentos mais violentos desse movimento que, estudado à luz do conceito de economia moral da multidão, foi chamado "a festa liberal", permite-nos identificar ritos de violência exemplar, que se contrapõem à memória secular da ordem fixada publicamente nos corpos das vítimas e gravada nas retinas de todos segundo a política do *escarmiento*. A memória republicana da Colômbia mantém praticamente intacta, em seus mil meandros, inversões e recomposições, a clivagem original legada pelos dois principais personagens da época da independência. Nas regiões que compunham a antiga Governação de Popayán, essa clivagem - Simón Bolívar e Francisco de Paula Santander – se traduz no antagonismo entre Tomás Cipriano de Mosquera e José María Obando. O entrelaçamento das figuras de Bolívar e Mosquera é marcante nos principais lugares de memória de Bogotá - a atual Plaza de Bolívar, o Capitólio Nacional - e em Popayán, onde o Arquivo Central do Cauca é uma dependência da Casa Mosquera. Mas, sob os pesados monumentos erguidos à memória bolivariana e mosquerista, os mortos não estão silenciosos. Um biógrafo de Tomás Cipriano de Mosquera opõe à imagem que ele próprio construiu de si mesmo no Capitólio Nacional, esta outra: "Visão macabra de sua crueldade bem castelhana, traço potente e arrasador, alarde de ferocidade desnecessária, isso de mandar erguer forcas num ponto elevado da montanha que rodeia o povoado, [Cartago, no vale do Cauca] para pendurar os corpos desfigurados de Córdoba e seus amigos, trágicos e grotescos como bonecos de carnaval. Sob a imensa solidão do céu, os cadáveres, com os pés para cima e a boca torcida, serviram de motivo fúnebre ao desfile do pelotão, à charanga ruidosa e desafinada, ao pranto das mulheres e ao dobrar por mortos dos sinos. Ali está Mosquera de corpo inteiro: desafiador e terrível".<sup>12</sup>

A 19/6/1851, em Cartago, os liberais recebem festivamente o governador Carlos Gómez que, no seu discurso, pergunta se ainda vive o homem que prendeu o revolucionário Córdoba há 10 anos, em 1841, e o entregou ao carrasco Tomás Cipriano de Mosquera. Pelas 11 da noite, uma multidão gritando "viva a liberdade e a democracia" marcha até a casa da família Pinto. Cercam o quarteirão, quebram janelas, invadem a casa e a saqueiam; todos os membros da família, inclusive as crianças, são açoitados. O chefe da família e seu genro são castrados diante de suas esposas. Apesar da grande repercussão do crime, as autoridades judiciais da província protegem os

inculpados e terminam por fazer arquivar o processo.<sup>13</sup> Em Bogotá, os conflitos têm a mesma gravidade; examinemos as suas formas de expressão e o seu desfecho ritual.

Sob o governo liberal, aumentam os roubos na capital; as vítimas acusam pessoas ligadas à Sociedade Democrática. O sentimento de insegurança cresce com a notícia de tentativas de invasão de dois internatos femininos. A própria indumentária dos membros da Sociedade Democrática - um grande chapéu de palha e um poncho muito largo de baeta vermelha, forrado de azul, que os cobre até os pés e pode facilmente esconder um trabuco ou um porrete - reforça a identificação instintiva entre os malfeitores e os militantes liberais. Pressionado, em abril de 1851 o Executivo pede ao Congresso que suprima o direito de fiança para ladrões. Pouco depois, todos os efetivos da polícia de Bogotá (voluntários na sua maioria) são demitidos por indício de envolvimento de dois indivíduos em roubo; os dois suspeitos são justamente o chefe de polícia e o primeiro cabo. Logo são convocados os cidadãos honrados a uma assembléia para encaminhar sugestões ao presidente da república e à câmara legislativa. Perante quase mil pessoas, um diretor da Sociedade Democrática apela à compaixão pelos pobres que são levados ao crime pela fome, e propõe que os ricos financiem penitenciárias e prisões agrícolas. Mas a maioria critica a compaixão pelos ladrões e sugere que o governo facilite passagens para o Panamá a quem quer de fato trabalhar. A assembléia propõe que se institua o tribunal do júri para as causas criminais, eliminando a influência do governo - claramente identificado com as correntes socialistas e com o romantismo - naquele assunto.

A lei de 4 de junho estabelece o tribunal do júri e um dos primeiros processos é a causa movida contra Raimundo Russi, professor, juiz paroquial e secretário da Sociedade Democrática, um fervoroso doutrinário socialista, acusado de formação de quadrilha, assassinato e roubos. Na véspera, um cartaz da Sociedade Democrática denuncia: "Às nove horas de amanhã terá lugar na casa municipal o júri que vai dar seu veredicto nos processos relativos ao assassinato de Manuel Ferro e aos roubos feitos no convento de San Agustín e na casa de André Caicedo Bastida. Esta questão não diz respeito apenas aos acusados, mas a todos os pobres, cujo extermínio foi decretado pelo comício dos poderosos da capital. Compareçam para ouvir e julgar se o que se quer é castigar os criminosos, ou é fazer o gosto dos ricos! Bogotá, 24/6/1851." A sessão do júri ocorre cinco dias após os "retos democráticos" de Cartago, e assinala o aparecimento oficial de uma sociedade civil que, em meio aos limites extremos de cada projeto que se alternam, na experiência inédita de construção de uma República, busca um equilíbrio entre a liberdade e a ordem. O doutor Raimundo Russi e quatro outros réus do processo sofrem a pena capital na Praça da Constituição a 17 de julho; outros réus são encaminhados na mesma tarde aos presídios de Panamá e Cartagena.

Tratemos de reunir os fios dessa narrativa, situando-nos em 1866, quando o general Joaquín Posada Gutiérrez mostra, aos jovens das boas famílias criollas que dançam a valsa na cidade

letrada, a festa negra dos *peluqueros* no espaço/tempo conquistado pelos herdeiros da promessa feita ao presidente haitiano Alexandre Pétion. Há dez anos, em 1851, a abolição completou a dura caminhada dos negros rumo à liberdade. O general, que conhece bem o horror da guerra, deixou em certa passagem de suas memórias uma avaliação crítica da eficácia simbólica de festas como estas. Ei-lo entrando triunfalmente na cidade de Neiva, durante a guerra contra a ditadura bolivariana de Rafael Urdaneta, em 1831: “Entramos com rufar de tambor e bandeiras desfraldadas, o esquadrão de cavalaria acompanhado por mais de cinquenta cidadãos a cavalo. Profundamente silenciosa, a massa da população se amontoava ao ver-nos passar, principalmente as mulheres e as crianças. Como ninguém sabia se éramos amigos ou inimigos e nem nós mesmos o sabíamos. Ninguém respirava, não se ouvia uma voz, e os olhos da multidão mostravam muito mais medo que contentamento”.<sup>14</sup> Ao narrar um outro módulo desse ritual constantemente repetido em cada cidade tomada ou retomada por tropas patriotas ou realistas, centralistas ou federalistas, conservadoras ou liberais, o general Posada evoca deliberadamente imagens e vivências vividas no passado, para transmitir a seus leitores um conselho útil, extraído da experiência. Estamos na cidade de La Plata, em outubro de 1830: “Li a nota em voz alta para a multidão de gente que se formou para ouvir; e houve em consequência o que sempre e em toda parte ocorre em tais casos: música pelas ruas, repiques de sinos, foguetes, libações e arengas. Não há nada que azede mais os ânimos, nada que irrite mais o partido derrotado, que essas demonstrações ruidosas do triunfador. Elas são tomadas como um insulto, como uma provocação; e quando estão celebrando triunfos sangrentos, nos quais, seja quem for o partido vencedor, quem perde é a pátria, a irritação dos vencidos é ainda maior, o ódio se exacerba e escasseiam mais ainda as possibilidades de reconciliação.”<sup>15</sup>

No emaranhado de palavras que tecemos ao produzir esse texto, as imagens da árvore da liberdade e da força se entrelaçam a cada passo, num abraço agônico, como duas plantas a parasitar-se reciprocamente. As guerras civis prosseguirão até chegar ao paroxismo na Guerra dos Mil Dias, ao final do século, que vai provocar a independência do Panamá. A massa plebéia, sempre excluída da cidadania em tempos de paz, prosseguirá sendo recrutada por quaisquer meios nessas guerras civis, e lhe serão reservadas nos dois exércitos, como sempre, as tarefas inglórias da retaguarda, bandos de *macheteros* ou *peinadores* a esartejar e decapitar os corpos dos vencidos.

Mas, já que recorremos à metáfora vegetal, é preciso falar de flores... Em cada meandro em que a liberdade e a força se entrelaçam, observando com cuidado poderemos encontrar, mesmo naqueles nós que se ressecam, onde a seiva de uma e da outra já não circulam, delicados trabalhos de artesanato. Restos de ramas e folhas mortas, recolhidas com paciência e esperança, convertem-se em ninhos, e dentro deles há passarinhos recém-nascidos. Podemos ouvi-los, se interrompermos a leitura.

---

<sup>1</sup> CABALLERO, José María. *Diario de la Patria Boba*. Bogotá, Incunables, 1988, p. 133.

<sup>2</sup> Pela Real Cédula de Gracias al Sacar, de 1793, ratificada em 1795, os pardos podem comprar direitos e regalias reservados até então aos brancos.

<sup>3</sup> A passagem central do manifesto de Bolívar é: "Españoles y Canarios, contad con la muerte, aún siendo indiferentes, si no obráis activamente en obsequio de la libertad de América (...) Americanos, contad con la vida, aún cuando seáis culpables".

<sup>4</sup> Participou da conspiração de Gual y España em 1797; da defesa de Curacao contra os ingleses em 1804; comandou um barco de guerra haitiano em 1807; oficial da marinha de guerra da República de Venezuela desde 1810; herói de várias campanhas navais e terrestres.

<sup>5</sup> Bolívar escreveu a dois jornais jamaicanos denunciando o crime. Pío foi enforcado na praça central de Kingston a 23/12/1815 e sua cabeça ficou exposta num poste.

<sup>6</sup> V. Decreto de Río Caribe, Carúpano y Cariaco: "Se establece primero, que todo hombre robusto desde la edad de 14 años a sesenta se presentare en la parroquia de su distrito a alistarse en las banderas de Venezuela (...) El nuevo ciudadano que rehuse tomar las armas para cumplir con el sagrado deber de defender su libertad quedará sujeto a la servidumbre, no solo él sino también sus hijos menores de 14 años, mujer y ancianos".

<sup>7</sup> O exército liberal conquista Bogotá e logo se descentraliza radicalmente o país por meio da Constituição de Rio Negro.

<sup>8</sup> POSADA GUTIÉRREZ, Joaquín. *Memorias Histórico-Políticas*. Medellín, Bedout, 1971.

<sup>9</sup> O general tem experiência de muitas guerras e lembra com horror a ação sistemática dos macheteiros plebeus completando a obra dos soldados regulares nos campos de batalha.

<sup>10</sup> V. CASTRO CARVAJAL, Beatriz. "Las fiestas de abolición de la esclavitud: eventos impregnados de símbolos y de precariedad económica" in *Credencial Historia* n. 59, 1994); GONZÁLEZ PÉREZ, Marco. "Fiestas estatales en Colombia: las celebraciones cívicas en el siglo XIX" in *Credencial Historia* n. 93, 1997.

<sup>11</sup> Esta perspectiva, inspirada em Walter Benjamin, procura construir um caminho apontado por Suzanne Desan no ensaio "Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davies" in HUNT, Lynn, *A nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 2001, 2ª ed.

<sup>12</sup> TAMAYO, Joaquín. *Don Tomás Cipriano de Mosquera*. Bogotá, Cromos, 1936, p. 44-45.

<sup>13</sup> CUERVO, Rufino José & CUERVO, Angel. *Vida de Rufino Cuervo y noticias de su época*. Paris, A. Roger y F. Chernoviz, 1892; vol. 2, p. 188-196.

<sup>14</sup> POSADA GUTIÉRREZ, op. cit., p. 282.

<sup>15</sup> POSADA GUTIÉRREZ, op. cit., p. 239-240.